

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
LUCAS AKIRA PASCOTO NISHIKAWA - SP309668
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : VANDERLEI JOSE DA SILVA (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de VANDERLEI JOSÉ DA SILVA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo proferido na Apelação n.º 0000233-51.2017.8.26.0050.

Consta dos autos que o Paciente foi condenado às penas de 5 (cinco) anos e 6 (seis) meses de reclusão, em regime inicial fechado, e 13 (treze) dias-multa, como incurso no art. 157, § 2.º, incisos I e II, do Código Penal.

Irresignada, a Defesa interpôs recurso de apelação, que foi desprovido pelo Tribunal de origem, nos termos da seguinte ementa (fl. 73):

"APELAÇÃO CRIMINAL – ROUBO MAJORADO PELA COMPARSARIA E EMPREGO DE ARMA DE FOGO – Pleito de absolvição — Descabimento — Materialidade e autoria comprovadas — Palavras da vítima e reconhecimento por ela procedido que se revestem de valor probatório — Precedentes — Depoimento do policial que robustece as declarações do ofendido, frente a pueril negativa do réu — Condenação mantida — Pena bem dosada — Causas de aumento cuja demonstração advém da prova oral – Precedentes — Duplicidade de majorantes que confere maior subjugação da vítima — Regime fechado único adequado — Eventual detração penal cuja aplicação compete ao Juízo da Execução. Recurso desprovido."

Nas razões deste *writ*, alega a Impetrante que não houve fundamentação idônea para a fixação do regime fechado para início de cumprimento da pena.

Requer, liminarmente e no mérito, a transferência do Paciente para o regime semiaberto.

É o relatório. Decido o pedido urgente.

Estão presentes os requisitos para o deferimento da medida urgente pleiteada.

No caso, o Juízo sentenciante, ao estabelecer o regime de cumprimento de

circunstâncias inerentes ao próprio tipo penal (fls. 24-25):

"O regime inicial de cumprimento de pena será o fechado, considerando o patamar alcançado, aliado à grave ameaça empregada na prática do delito. Note-se que o emprego de arma de fogo expõe a um risco maior a integridade física das vítimas, traduz um maior grau de culpabilidade da ação, justificando a imposição de regime fechado (STJ, HC nº 206.767, rel. Min. Marco Aurélio Bellizze; HC nº 243.865, rel. Min. Regina Helena Costa; REsp nº 1.330.978, rel. Min. Campos Marques). Vale lembrar que o crime de roubo qualificado denota uma periculosidade acentuada do agente, cujo processo de ressocialização deve ser encetado no regime mais rigoroso. Bem por isso, a regra, no caso de roubo qualificado, é fixado do regime inicial fechado em relação à sanção privativa de liberdade (STF, HC nº 74.301-3, rel. Min. Maurício Correa; TACRIM-SP, RJDTACRIM 16/143, 10/119)."

O Tribunal *a quo*, por sua vez, também fundamentou de forma **inidônea** a fixação do regime prisional, *in verbis* (fls. 81-83):

"Tampouco merece acolhimento o pretendido abrandamento do regime prisional.

Isso porque é de se considerar que os acusados cometeram crime grave, em concurso de agentes e com emprego de arma, o que denota maior periculosidade e reprovabilidade de suas condutas.

Ora, o delito de roubo, pela própria gravidade que lhe é intrínseca, demonstra a necessidade de maior rigor do Estado-juiz. Regime menos gravoso, por certo, não se mostraria suficiente para a necessária assimilação da terapêutica penal pelos sentenciados, bem como geraria sensação de impunidade e insegurança à sociedade, que se vê assolada e atemorizada com crimes desse jaez nos dias atuais, merecendo, por isso, resposta estatal mais rigorosa.

Casos como o presente é que perturbam e intranquilizam a sociedade. É, pois, conduta que gera na vítima e em toda coletividade temor, trauma e receio no dia a dia, reveladora de personalidade malformada, agressividade e menosprezo pela integridade do ofendido.

Não se perca de vista lição de JÚLIO FABBRINI MIRABETE:

[...]

O roubo tornou-se mal invencível. Alastra-se diariamente e seus autores apresentam audácia e violência em escalas cada vez maiores e assustadoras. Raro, se é que ainda existe, algum integrante de família no Estado de São Paulo que não tenha sido vítima de ladravaz. Posta a questão em tais termos, à luz do art. 59, do Código Penal, está autorizada fixação do regime prisional mais drástico para a hipótese vertente, já salientado, como uma das mais perniciosas e inquietantes expressões atuais da criminalidade.

Nesse sentido, tem sido o entendimento deste E. Tribunal de Justiça:

[...]

Nessa toada, não há dúvidas de que o regime inicial fechado é o que mais se ajusta a espécie e está em perfeita sintonia com o art. 33, § 3º, do Código Penal, sendo descabido o abrandamento buscado pela defesa."

Para a fixação do regime inicial de cumprimento da pena privativa de liberdade, deve o julgador observar o disposto no art. 33, §§ 2.º e 3.º, c.c. art. 59, ambos do Código Penal.

No caso dos autos, tratando-se de **Réu primário** com a **pena-base estabelecida no mínimo legal** (fl. 23), tendo sido condenado à pena de 5 (cinco) anos e 6 (seis) meses de reclusão, conclui-se que o regime prisional legalmente adequado é o inicial semiaberto.

Confirmam-se, a propósito, os enunciados n.ºs 718 e 719 das Súmulas do Supremo Tribunal Federal, respectivamente:

"A opinião do julgador sobre a gravidade em abstrato do crime não constitui motivação idônea para a imposição de regime mais severo do que o permitido segundo a pena aplicada."

"A imposição do regime de cumprimento mais severo do que a pena aplicada permitir exige motivação idônea."

Aplicável, portanto, à hipótese, o verbete n.º 440 da Súmula deste Tribunal, *in verbis*:

"Fixada a pena-base no mínimo legal, é vedado o estabelecimento de regime prisional mais gravoso do que o cabível em razão da sanção imposta, com base apenas na gravidade abstrata do delito."

Ante o exposto, DEFIRO o pedido liminar para determinar, até o julgamento final do writ e se por *al* não estiver preso, a imediata transferência do Paciente para o regime prisional semiaberto, com aplicação das respectivas regras.

Oficie-se, com urgência, ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e ao Juízo de primeira instância, encaminhado-lhes cópias desta decisão.

Solicitem-se informações ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Após, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora

